

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO OFICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-MPMG.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 219/2024

PROCESSO SEI 19.16.3907.0070458/2024-60

Em observância ao princípio da celeridade e eficiência, visando esclarecer pontos do Edital para garantir a ampla competitividade e possibilidade de maior participação de licitantes em busca do melhor preço para contratação, vem a licitante apresentar os pedidos de esclarecimentos descritos a seguir:

1-FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO/FORMA DE EXECUÇÃO.

A minuta do contrato é instrumento indispensável para fixar o prazo de vigência e os demais regramentos que deverão ser observados pelas partes, tanto é verdade, que foi disponibilizada minuta contratual como anexo ao edital e constam diversas previsões relacionadas à este documento, inclusive, concernentes à sua assinatura.

Diante disso, entendemos que:

- a) O negócio a ser firmado entre as partes deverá ser formalizado somente por contrato, seguindo a minuta padrão do edital. Está correto nosso entendimento?
- b) Os veículos serão locados pelo prazo de 60 meses. Está correto nosso entendimento?

2- PROVA DE CONCEITO/EXIGÊNCIA DE AMOSTRA.

Como condição para apresentação da proposta, exige-se a apresentação de prova de conceito de seus sistemas, conforme definições do edital, no prazo de 03 dias da solicitação do pregoeiro.

Inclusive, no mesmo prazo, deverá ser disponibilizado um veículo, de qualquer modelo, ano ou categoria, que contenha o hardware de rastreamento e telemetria, para que o teste das funções ocorra de forma prática.

Ocorre que, inobstante exista justificativa para adoção de tal procedimento, é incontroverso que a licitante vencedora dependerá de terceiros para seu cumprimento.

Com efeito, o sistema de telemetria faz parte do projeto elaborado pelas licitantes para precificação de suas propostas, entretanto, a licitante demanda tais serviços para



fornecedores especializados que recebem a solicitação com todas as especificações exigidas no edital e apresentam o projeto do sistema para contratação pela licitante.

Neste contexto, mesmo que as licitantes se antecipem na solicitação dos serviços aos fornecedores, o projeto final pode exigir prazos mais longos, circunstância que foge ao controle das licitantes.

Outrossim, devem ser esclarecidas as condições para cumprimento da obrigação, para que todas as licitantes participem no certame em condições de igualdade.

Assim, para melhor entendimento da obrigação, questiona-se:

- a) O prazo para apresentação da prova de conceito pode ser cumprido no prazo de até 15 dias úteis contados da solicitação do pregoeiro?
- b) Entendemos que pode ser utilizado veículo que esteja na posse legítima da licitante. Está correto?
- c) O mesmo veículo pode ser utilizado nos 02 lotes, para atender a finalidade de demonstração do sistema de telemetria e gestão de multas. Está correto?

3-DO TERMO INICIAL DE VIGÊNCIA.

O edital estabelece que o contrato terá 60 meses de vigência contados de sua publicação no Diário Oficial.

Quanto ao termo inicial de vigência, torna-se mais razoável e adequado ao presente edital que seja vinculado à entrega dos primeiros veículos, notadamente, porque a partir da incorporação individual de cada veículo se iniciará a execução e, a partir deste fato, a medição dos serviços para faturamento deverá ser iniciada, resultando no prazo integral de locação considerado pelas partes.

Neste contexto, para garantir o período integral de 60 meses de locação e de execução é imprescindível que tanto “vigência contratual” quanto a respectiva “execução do contrato” se iniciem no mesmo marco temporal, qual seja, “a data de entrega dos **primeiros veículos**”.

Diante de tais circunstâncias, questiona-se:

- a) o início da contagem da **VIGÊNCIA** e da **EXECUÇÃO contratual** pode ser alterado para constar que será a partir da “data de entrega **dos primeiros veículos**”?

4- DOS VEÍCULOS-CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

O edital estabelece os seguintes prazos para entrega dos veículos:



2.2) PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

2.2.1) PARA O LOTE 1: _____ DIAS, contados do recebimento, pela Contratada, da Ordem de Serviço (MÁXIMO 90 dias);

2.2.2) PARA O LOTE 2:

_____ DIAS caso o veículo seja seminovo, contados da data da solicitação da Contratante, formalizada através da Ordem de Serviço (MÁXIMO 30 dias);

_____ DIAS, caso o veículo seja zero quilometro e tenha de passar pelo implemento de blindagem, contados da data da solicitação da Contratante, formalizada através da Ordem de Serviço (MÁXIMO 120 dias).

Todavia, a contratada dependerá da formalização do respectivo contrato para ter segurança jurídica e poder realizar os investimentos necessários para execução de suas obrigações.

Assim, a partir da efetivação do negócio jurídico a contratada poderá providenciar a aquisição dos veículos e, mesmo diante da possibilidade de fornecimento de veículos seminovos para o Lote 02, dependerá de terceiros e da disponibilidade do mercado para atendimento do prazo fixado.

Ademais, os veículos do Lote 02 devem ser blindados, exigindo procedimentos bem mais complexos e morosos que, também, afetam os prazos de entrega de veículos seminovos.

Quanto aos veículos novos, é certo que a Contratada ficará sujeita aos prazos de faturamento impostos pelas montadoras, os quais ainda apresentam grande instabilidade em suas produções, com oscilações nos prazos de entrega e muitas vezes indisponibilidade de faturamento, circunstâncias que afetam todos aqueles que adquirem veículos novos.

Acrescente-se ainda que, após liberação dos veículos ainda serão necessários os procedimentos finais de preparação que envolvem instalação de equipamentos/acessórios, regularização de documentos, traslado, entre outros, impactando diretamente na mobilização da frota para a Contratante.

Por qualquer lado que se analise a questão, evidencia-se que a contratada dependerá de terceiros para cumprimento desta obrigação.

Com efeito, tais situações fogem ao controle da contratada e podem prejudicar o cumprimento do prazo de entrega fixado no edital.

Por fim, cabe dizer que o prazo de entrega do objeto deve ser contado a partir do **recebimento da O.S** pela contratada, isso porque, somente naquele momento terá ciência efetiva da solicitação pela contratante.



Diante do exposto, com intuito de garantir a ampliação da disputa, questiona-se:

- a) os prazos de entrega podem ser contados a partir do **recebimento da OS** pela contratada?
- b) A OS será enviada após assinatura do contrato. Está correto?
- c) para fornecimento de veículos zero km do Lote 01: o prazo de entrega pode ser de 90 dias prorrogáveis por mais 30 dias, se necessário e solicitado pela contratada?
- d) para fornecimento de veículos zero km para o Lote 02: o prazo de entrega pode ser de 120 dias prorrogáveis por mais 30 dias, se necessário e solicitado pela contratada?
- e) para fornecimento de veículos seminovos para o Lote 02: o prazo de entrega pode ser de 60 dias prorrogáveis por mais 30 dias, se necessário e solicitado pela contratada?

5-OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA- SIGILO.

O item 5.9 do edital estabelece que a contratada deverá guardar sigilo sobre as informações decorrentes do contrato.

Todavia, por cautela e excesso de zelo cabe destacar que todos os atos públicos exigem transparência e publicidade, por conseguinte, esta empresa tem por compromisso primar pela observância aos princípios legais e à legislação atinente à matéria e mantém ativo um “Portal da Transparência” no qual são inseridas as informações relacionadas às contratações públicas decorrentes das licitações públicas que sagra-se vencedora.

Com efeito, o Portal da Transparência desta empresa tem o objetivo de fornecer informações sobre os contratos que a empresa mantém com órgãos da Administração Pública, além de informar sobre Governança, Programa de Conformidade da companhia e afins, links úteis e legislações aplicáveis.

Desta forma, entendemos que a obrigação exigida no item em referência não pode conflitar com a legalidade dos procedimentos adotados para dar publicidade e transparência aos processos públicos, dentre os quais destacamos o portal da transparência.

Assim, entendemos que a obrigação exigida deve ser aplicada no que couber, a fim de não conflitar com as medidas necessárias para garantir os princípios da publicidade, transparência e legalidade que devem nortear as contratações com empresas públicas.

Está correto nosso entendimento?



6- RESPONSABILIDADE SOBRE OS DANOS CAUSADOS NOS VEÍCULOS.

A licitante destaca que não poderá ser responsabilizada por qualquer dano causado pelos prepostos da Contratante ou decorrentes de atos ilícitos praticados pelos mesmos, na forma do artigo 37, §6º, da Constituição Federal.

Assim, questiona-se:

- a) A Contratante irá ressarcir os danos mecânicos e sinistros nos veículos causados por seus prepostos em decorrência de dolo, culpa ou mau uso ocorridos durante a vigência do contrato? Neste caso, qual procedimento para apuração dos danos e ressarcimento dos valores devidos pelos danos e avarias?
- b) As manutenções decorrentes de mau uso dos veículos causadas por condutores da contratante realizadas durante a vigência do contrato serão de sua responsabilidade? Neste caso, qual prazo e procedimento serão observados pela Contratante para ressarcimento da Contratada?
- c) As avarias causadas nos veículos, durante a vigência do contrato, por culpa ou dolo dos condutores da contratante serão de sua responsabilidade? Neste caso, qual prazo e procedimento serão observados pela Contratante para ressarcimento da Contratada?
- d) Considerando que o condutor do veículo sinistrado terá contato direto com o terceiro envolvido no acidente, entendemos que ele será o responsável pela instauração do boletim de ocorrência e pela obtenção dos documentos do terceiro envolvido a fim de viabilizar a instauração dos procedimentos para eventual I-ressarcimento do dano. Está correto nosso entendimento?

7-EMPLACAMENTO DOS VEÍCULOS.

A licitante poderá optar pelo local de emplacamento/licenciamento dos veículos?

8-CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

Com relação à emissão de nota fiscal para pagamentos, cumpre registrar que nos termos da Sumula Vinculante 31 do STF é inconstitucional a incidência de imposto sobre serviço de qualquer natureza – ISS sobre operações de locações de bens móveis. Outrossim, a locação de bens móveis não se enquadra na lista de serviços da Lei Complementar 116/2003, sendo dispensada a emissão de documento fiscal, nos moldes citados no edital.

Além disso, para que a contratada possa otimizar o controle dos pagamentos relacionados à contratação torna-se mais eficiente a emissão de **boletos bancários** para envio à Contratante,



sendo certo que, por meio deste processo é possível relacionar o documento diretamente aos veículos locados e contrato, tornando mais célere e assertiva a identificação dos pagamentos pela contratada. Ademais, tal procedimento representa melhoria dos procedimentos adotados pela contratada e não causa qualquer impacto ou prejuízo para a contratante.

Diante do exposto, questiona-se:

- a) entendemos que podem ser emitidas FATURAS DE LOCAÇÃO em substituição a nota fiscal indicada no Edital. Está correto nosso entendimento?
- b) Em complemento à fatura a contratada poderá, também, emitir **boleto bancário** para envio à contratante para efetivação dos pagamentos devidos?

9-PROPRIEDADE DOS VEÍCULOS.

- a) Os **veículos definitivos** objeto do futuro contrato poderão estar na posse da Contratada e ser de propriedade de empresa que integre seu mesmo grupo econômico?

Ressaltamos que tais hipóteses não caracterizam “subcontratação” pois a Contratada se manterá diretamente na execução do contrato.

10- DA INDISPONIBILIDADE TEMPORÁRIA DOS VEÍCULOS.

- a) Os veículos para utilização temporária poderão estar na posse legítima da Contratada e ser de propriedade de empresa que integre o mesmo grupo econômico ou de terceiros?
- b) Em razão da utilização temporária, para o lote 2 pode ser fornecido veículo sem blindagem?

11-INFRAÇÕES DE TRÂNSITO.

Não há dúvidas que por tratar-se de locação de veículos sem motorista, cabe à Contratante a responsabilidade pela identificação do condutor e pagamento das multas de trânsito cometidas por eles durante a utilização dos veículos.

Ademais, considerando-se que somente a Contratante pode apurar o condutor do veículo no momento da infração e levando em conta que a ausência de identificação do Condutor enseja a aplicação de multa à proprietária do veículo, é imprescindível que o Edital regule essa questão, determinando que a Contratante é responsável pela tempestiva identificação do condutor junto aos órgãos de trânsito.



Por fim, é certo que a Contratada deverá manter os veículos regularizados em atendimento às exigências do Código de Trânsito Brasileiro, para tanto, deverá providenciar os respectivos licenciamentos no decorrer da vigência contratual.

Neste contexto, para providenciar o licenciamento dos veículos será imprescindível o pagamento prévio de eventuais multas de trânsito.

Desta forma, para esclarecer os procedimentos para tratar do tema, questiona-se:

- a) A Contratante providenciará a tempestiva identificação do condutor junto aos órgãos de trânsito?
- b) A Contratante fará diretamente o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas pelos condutores? **OU**
- c) A Contratada fará o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas pelos condutores e será ressarcida pela Contratante? Qual será o prazo e procedimento para referido ressarcimento?
- d) Caso constem pendências de multas de trânsito, na ocasião dos licenciamentos dos veículos, a Contratada poderá quitá-las para viabilizar a regularização dos documentos? Em caso positivo, a Contratante irá reembolsar o pagamento realizado pela Contratada?
- e) Considerando que ao final do contrato e após desmobilização definitiva dos veículos, a Contratada dependerá da regularização documental para direcioná-los para venda de ativos, é imprescindível que os pagamentos de eventuais multas sejam efetivados com celeridade. Diante disso, a contratada poderá efetivar a imediata quitação das multas de trânsito de veículos desmobilizados? Neste caso, em qual prazo será ressarcida pelos pagamentos?

12-VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO.

Entendemos que **na proposta inicial poderão ser ofertados valores acima do limite estimado para contratação**, e somente na **proposta final ajustada** deverá ser observado o valor limite estimado para contratação. Está correto nosso entendimento?



13-SUBCONTRATAÇÃO.

Quanto ao tema, importante dizer que inúmeros serviços acessórios relacionados ao objeto principal são usualmente **subcontratados**, sem qualquer prejuízo à execução do contrato, tais como, serviços de manutenção preventiva/corretiva dos veículos, limpeza, entre outros.

Desta forma, entendemos que todas as previsões relacionadas à subcontratação, vedando, limitando ou condicionando sua aplicação à prévia anuência da Contratante se referem, exclusivamente, ao objeto principal licitado, qual seja, locação dos veículos e não se aplica às atividades acessórias citadas.

Está correto nosso entendimento?

14- GARANTIA CONTRATUAL- PRAZO DE FORNECIMENTO.

Nos termos do item 11.1.4, na hipótese de seguro garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

Ocorre que, somente com a assinatura do contrato se efetivará o negócio jurídico entre as partes e, a partir deste fato, a licitante vencedora poderá providenciar a contratação da garantia que será fornecida conforme exigido no edital.

Ademais, para essa modalidade de garantia a contratada deverá apresentar o contrato que será assegurado, efetuar os pagamentos devidos e aguardar os trâmites necessários para emissão da apólice.

Desta forma, questiona-se:

- a) Para modalidade de seguro-garantia, o prazo de cumprimento da obrigação pode ser 05 dias úteis a partir da assinatura do contrato?

15-CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

O edital prevê que o critério de julgamento será o de **“menor preço global por item”**.

Entretanto, para que não haja dúvidas sobre a opção que será adotada durante a etapa de lances apresentamos os exemplos descritos abaixo para aclarar o entendimento a assegurar a isonomia da disputa para todas as licitantes.



Na hipótese de locação de 10 veículos, a um preço mensal de R\$ 1.000,00, com vigência contratual de 60 meses, para etapa de lances e de julgamento, devemos seguir qual das opções de preços exemplificados abaixo?

1. Menor preço unitário mensal do item: R\$ 1.000,00
2. Menor preço unitário anual do item: R\$ 1.000,00 x 12 meses = R\$ 12.000,00
3. Menor preço total mensal do item: R\$ 1.000,00 x 10 veículos = R\$ 10.000,00
4. Menor preço total anual do item: R\$ 1.000,00 x 12 meses x 10 veículos = R\$ 120.000,00
5. Menor preço global do item: R\$ 1.000,00 x 60 meses x 10 veículos = R\$ 600.000,00

16-ASSINATURA DOS DOCUMENTOS.

Nos termos da MP 2200-2/2001, serão aceitos para este processo licitatório as declarações e outros documentos desta licitante assinados digitalmente através de certificado digital, de representante pessoa física e/ou jurídica, padrão ICP-Brasil?

